

Lei nº 8.069
Estatuto da Criança e do Adolescente

Decreto nº 99.710
Convenção sobre os Direitos da Criança

Lei nº 8.080
Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde - SUS

1990

Lei nº 8.242
Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda

1991

Decreto nº 1.196
Gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

1994

Lei nº 8.742
Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS

1993

Lei nº 8.978
Criação de creches e estabelecimentos de pré-escola

1995

Convenção OIT nº 182
Eliminação imediata das piores formas de trabalho infantil

1999

Lei nº 10.097
Políticas públicas de inclusão, qualificação profissional e aprendizagem profissional

2000

Lei nº 8.978
Decreto nº 4134 Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego

1996

Lei nº 9394
Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Lei nº 9265
Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania

Lei nº 10.836
Criação do Programa Bolsa Família

Decreto nº 5.006
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados

2004

Decreto nº 5.007
Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil

Lei nº 11.108
Garante as parturientes o direito a presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS

2005

Lei nº 11.645
Inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

2006

Resolução Conanda nº 113
Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução Conanda nº 119
Criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

Lei nº 11.789
Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza

Port. MS nº 647
Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei

2008

Lei nº 11.829
Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet

Decreto nº 6.949
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Lei nº 12.010
Garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes (lei da adoção).

Lei nº 11.942
Assegura às mães presas condições de assistência

Res. CIT nº 7
Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda

Port. MS nº 364
Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste-Amazônia Legal

Decreto nº 7.037
Programa Nacional de Direitos Humanos 3

Lei nº 12.288
Estatuto da Igualdade Racial

Lei nº 12.318
Dispõe sobre a alienação parental

Lei nº 12.343
Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

Port. 2.836
Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

2010

Lei nº 12.415
Determina que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum

Res. Conanda nº 148
Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

2009

Port. nº 2.866
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

Resolução nº 150
Plano de Aplicação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente

Decreto nº 7.492
Plano Brasil Sem Miséria

Lei nº 12.513
Pronatec

Lei nº 12.435
Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Lei nº 12.415
Determina que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum

Res. Conanda nº 148
Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

2011

Res. CNJ/CNMP nº 3
Nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.

Port. Interministerial nº 2
Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres

Res. CNE/CEB nº 5
Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Escolar Indígena

Port. nº 2.866
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

Resolução nº 150
Plano de Aplicação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente

Decreto nº 7.492
Plano Brasil Sem Miséria

Lei nº 12.513
Pronatec

Lei nº 12.435
Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Res. CNE/CEB nº 8
Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Escolar Quilombola

Lei nº 12.594
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Parecer CNE/CEB nº 14
Educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância

Res. CNE/CEB nº 3
Pacto Pela Alfabetização na Idade Certa

2012

Lei nº 12.933
Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos

Port. SNJ nº 29
Plano Juventude Viva

Res. FNDE nº 10
Programa Mais Cultura nas Escolas

Lei nº 13.146
Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei nº 13.185
Programa de Combate à Intimidação Sistemática

2015

Lei nº 13.146
Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei nº 13.185
Programa de Combate à Intimidação Sistemática

Lei nº 13.010
Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante

2014

Lei nº 13.146
Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei nº 13.185
Programa de Combate à Intimidação Sistemática

Lei nº 13.146
Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei nº 13.185
Programa de Combate à Intimidação Sistemática

2016

Lei nº 13.146
Estatuto da Pessoa com Deficiência

Lei nº 13.185
Programa de Combate à Intimidação Sistemática

Lei nº 13.257
Lei da Primeira Infância

Res. CNE nº 3
Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

2016

Lei nº 13.257
Lei da Primeira Infância

Res. CNE nº 3
Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

Esta linha do tempo é o primeiro produto do Relatório Avaliativo ECA 25 Anos, resultado da Portaria SDH nº 315/2015, que definiu grupo de trabalho para realizar um balanço dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A publicação, a ser lançada nas próximas semanas, trará informações sobre a política nacional de direitos humanos de crianças e adolescentes, sendo organizada nos eixos **Vida e Desenvolvimento, Proteção Contra Todas as Formas de Violência, Não-Discriminação, Opinião e Participação, Sistema de Justiça e Sistema de Atendimento Socioeducativo e Proteção da Criança no Âmbito Internacional.**

Para elaboração do Relatório foram consultados 93 técnicos de 15 Ministérios, 03 instituições de pesquisas, organismos internacionais e especialistas de renome.

Vida e Desenvolvimento

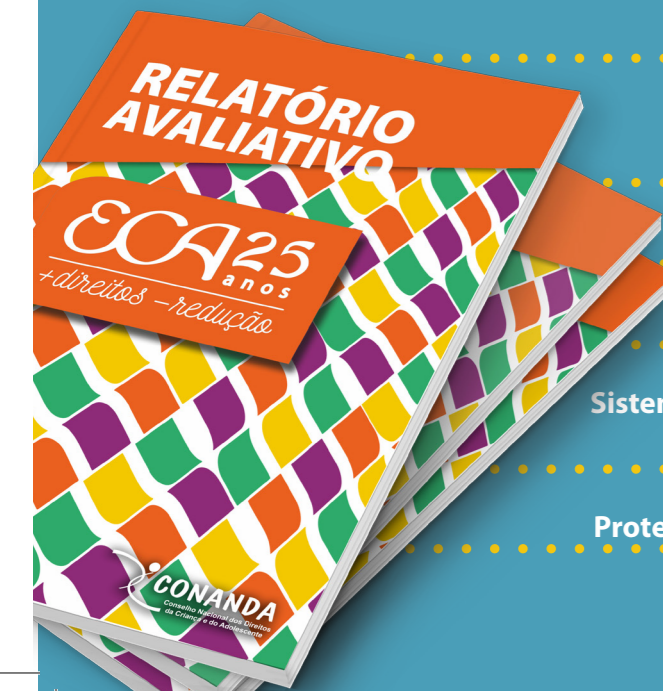
Proteção Contra Todas as Formas de Violência

Não-Discriminação

Opinião e Participação

Sistema de Justiça e Sistema de Atendimento Socioeducativo

Proteção da Criança no Âmbito Internacional



ECA 25
anos
+direitos -redução

Linha do tempo

Em 13 de julho de 1990, o Brasil promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento que inaugura a doutrina da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, adequando a legislação nacional à Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU). Desde então, a política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes busca, por meio do aperfeiçoamento de sua legislação, efetivar os princípios da criança e do adolescente como sujeito de direitos.

Os direitos enunciados no ECA e nos marcos normativos construídos nos últimos 25 anos aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Os desafios contemporâneos que surgem devem considerar a trajetória histórica do ECA, ampliando seu foco na promoção dos direitos de crianças para o desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seus direitos de opinião e participação.

Parceiros:



Realizadores:



Secretaria de Direitos Humanos

